

Compreensões de Afrodescendência: um conceito em construção.

Marli Geralda Teixeira¹

RESUMO: A compreensão dos diferentes significados atribuídos ao termo “afrodescendencia” é discutida neste artigo sob quatro aspectos: o genético-paleontológico; o historicamente construído; o politicamente elaborado e o cultural. A diversidade de compreensões resulta dos diferentes ângulos sob os quais os atuais estudiosos, políticos e militantes vêm o assunto e as diferentes posições deles resultantes para o estado atual dos estudos da História e Cultura Afro-brasileira e africana oficializados pela Lei 10.639/2003. Dado o caráter essencialmente teórico dessa discussão, a questão da conceituação é enfatizada como ponto de partida levando, na conclusão do trabalho, à apresentação de uma proposta para a conceituação do que aqui é designado como o afrodescendente brasileiro.

Palavras-chave: Afrodescendencia; conceito; genética; histórico; político e cultural.

INTRODUÇÃO

Nesta primeira década do século XXI tem se intensificado discussões, movimentos e ações sociais relacionadas a conceitos muitas vezes semelhantes redundantes ou mesmo divergentes, relacionados a identidade, identidade étnica e consciência identitária; negro, negritude, afrodescendência; reparação, políticas afirmativas e sistema de cotas raciais; diferença, diversidade e desigualdade. Nesse contexto as lutas contra o preconceito, a discriminação e o racismo, bem como a pressão pelo reconhecimento da relevância das raízes africanas na construção da cultura brasileira, ganharam ainda maior relevância, com a publicação da Lei 10.639/2003 atualizada pela Lei 11.645/2008.

São conteúdos presentes em temas de seminários, palestras, aulas nos diversos níveis de ensino, artigos e demais estudos que na última década tem ocupado a reflexão de estudiosos de cultura brasileira, lideranças do movimento negro, literatos e artistas, educadores em geral e parlamentares que discutiram os projetos das leis citadas e outras que as antecederam, com o objetivo de estabelecer

¹ Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia(1963), mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia(1975) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo(1983). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas:Batista - Mentalidades - Religião.



reflexões sobre o lugar, o papel, o significado e as perspectivas que se apresentam para o reconhecimento da existência de um grave desequilíbrio social na sociedade brasileira. Este desequilíbrio, responsável pela manutenção de uma numerosa população de afrodescendentes nos segmentos menos favorecidos da sociedade, construído historicamente ao longo de 5 séculos de História do Brasil e aproximadamente três séculos e meio (330 anos) de vigência do regime escravista no território brasileiro, está longe ser superado. A dívida histórica, social e afetiva acumulada no período escravista e no pós-abolição até os dias atuais é impagável, do mesmo modo que a roda da história não pode ser detida nem regredida. Mas pode ser compensada, mitigada, enfrentada consciente e racionalmente mediante políticas, programas e projetos destinados à educação, à produção do conhecimento, à construção da consciência da identidade étnica positiva e à inclusão social e étnica pela via da educação.

A tomada de consciência do processo histórico onde se insere a construção da cultura afro-brasileira inicia-se, necessariamente, na tomada de consciência de si, do eu individual e coletivo, constituído por todos aqueles que registram, conscientemente ou não, a descendência de um antepassado, mulher ou homem africano que um dia, contra a sua vontade, foi aprisionado no continente africano, jogado no porão de um tumbeiro, vendido em um porto qualquer das terras do Brasil como escravo. Uma vez descendente daquele africano que passou pelo porão e pela senzala, o negro que habita os antigos territórios coloniais do que foi chamado “Novo Mundo” é um afrodescendente.

Aqui se estabelecem os parâmetros e os fundamentos conceptuais que apoiam este breve estudo. Sua temática central prende-se à reflexão sobre diferentes compreensões de afrodescendência; Os diferentes significados que este termo pode assumir na realidade concreta da cultura e da sociedade brasileira; a historicidade nele contida, única forma de compreendê-lo como conceito dinâmico, variável, no tempo e no espaço.

A discussão estará também orientada para a importância que deve ser dada ao conceito, à ação de conceituar um fenômeno, um objeto de análise ou uma ocorrência. Na verdade busca-se conceituar afrodescendência partindo-se de diferentes vertentes: a genética-paleontropológica; a histórica; a política e a cultural. Pretensão desde já reconhecida e assumida, suaviza-se por buscar, sem a certeza



de encontrar a melhor resposta e, portanto, justificando-se o esforço pelo próprio ato de buscar e, nesse sentido, trazer alguma contribuição à discussão temática.

Por que conceituar?

Para além do exercício intelectual de elaborar construções lógicas estabelecidas de acordo com um determinado quadro de referências (neste caso específico as referências relacionam-se com as categorias tempo/ espaço/ relações de produção e poder), o uso do conceito desempenha um papel científico e pedagógico, qual seja o da comunicação de conhecimentos coerentes com as referências concretas a que se ligam. Essa relação com a realidade exige do conceito a capacidade de expressar, de forma simplificada, a abstração do que acontece na realidade ou em parte dela.

A conceituação cumpre, então, o papel de representar adequada e coerentemente o fenômeno a que se refere. Nesse percurso ele pode assumir um caráter conotativo (de compreensão) ou denotativo (de domínio de aplicação). Para Mendonça (1994) a condição indispensável à abordagem conotativa é a união do conjunto das características ou peculiaridades do fenômeno a ser analisado “... de modo a assegurar uma aplicação não ambígua do conceito” (p.17). Já a abordagem denotativa estende-se a todos os objetos ou seres que possam ser abarcados pelo conceito, em outras palavras, todos os indivíduos possuidores de um conjunto de propriedades que os caracterizam.

Tomando-se a afrodescendência na sua abordagem conotativa, exige-se a descrição de seus conteúdos, seus diferentes significados, seus contextos e visões variadas de sujeitos que a compõem. A abordagem denotativa permitirá estabelecer a quem o conceito se aplica e quais as implicações do reconhecimento ou não dessa aplicação. Enfim, espera-se construir o conceito de afrodescendência e utilizá-lo como instrumento de compreensão do processo histórico que o produziu, bem como das relações que hoje se estabelecem entre os herdeiros das diferentes etnias que formaram a população brasileira.



Questões relacionadas ao conceito de afrodescendência

Trata-se aqui da discussão de um conceito em construção, como todo conceito histórico e culturalmente concebido. Além disso, um conceito utilizado por diferentes áreas das ciências humanas, destacando-se dentre elas, além dos estudos históricos e antropológicos, os relacionados à educação, à literatura, à política. Um conceito, cujo significado político e não genético, passou a designar todos os descendentes de africanos no novo mundo, segundo decisão da Conferência Preparatória da América Latina ocorrida em Santiago do Chile no ano 2000, a qual estabeleceu também as designações de povos indígenas e de migrantes como vítimas de racismo. A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e todas as formas de Intolerância ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001 estabeleceu que “o termo afrodescendente torna-se linguagem consagrada nas Nações Unidas e designa um grupo específico de vítimas do racismo e da discriminação”.² Este mesmo significado foi encampado pela Campanha Nacional contra o Racismo (Brasília, 2003), enfatizando o caráter político dessa decisão.

Todavia, observam-se resistências à sua aceitação e aplicação, vindas das mais diversas origens, sejam militantes, acadêmicos ou populares. A pergunta então se fortalece: por que afrodescendência?

Seguem-se, então, as abordagens de diferentes pontos de partida para a compreensão e a construção do conceito.

1. Compreensão Genético-paleontropológica. Diz que a espécie humana nasceu no continente africano e, por conseguinte, toda a humanidade descende do homem africano. Assim, afrodescendência refere-se a toda a humanidade, a todos nós. Somos todos afrodescendentes.

Na abordagem desses estudos observam-se duas vertentes: Os estudos paleontropológicos³ referem-se às pesquisas que reúnem fósseis de homínídeos e de ancestrais da espécie homo sapiens encontrados na região centro-oriental da África, nas áreas que correspondem aos atuais: Etiópia, Uganda, Kênia, Tanzânia.

² Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/portal/historico.pdf.

³ As informações reunidas neste tópico, sem pretensão de aprofundar o debate do assunto, fundamentam-se no estudo de Clark, Galane (1985), nos artigos publicados na edição especial da Scientific American-Brasil – Novo Olhar sobre a evolução humana.



Ali fósseis da linha australopithecus com estimados 4,2 milhões de anos e outros homínídeos que deram origem à espécie homo desenvolveram-se em sucessivas e complexas experiências da natureza, chegando enfim à espécie homo ergaster, o primeiro a apresentar configuração anatômica que lhe permitiu erguer-se sobre as duas pernas, num formato que apareceria aperfeiçoado posteriormente na linha homo sapiens. É preciso destacar, todavia, que essa complexa e fascinante história da evolução biológica da espécie humana não ocorreu em linha direta nem horizontal; que uma espécie não “deu origem” a outra, mas que a cadeia evolutiva dispôs de diversos elos concomitantes, de modo a registrar-se a convivência de diversas espécies homo na região citada numa mesma época. É desse cenário que se origina a primeira grande dispersão do homo que, partindo do continente africano por volta de 1,9 a 1,8 milhões de anos atingiu o extremo sudeste asiático (atuais China e Java) e o sul da Euroásia (atual Geórgia). (Clark, 1985).

A continuação do processo evolutivo no continente africano levou à constituição, entre 150 a 200 mil anos do tronco homo sapiens que, por volta de 130 a 90 mil anos deslocou-se para fora do continente no que pode ser considerada sua segunda dispersão. O que teria levado o homo sapiens a empreender essa viagem? Provavelmente o ressecamento do planeta atingindo severamente o continente e reduzindo drasticamente as fontes de alimentos obrigaram aqueles grupos a migrarem. Todavia, a garantia do sucesso e da supremacia que aqueles homo, já então sapiens sapiens, alcançaram face a outras espécies homo encontrada, é explicada pelo desenvolvimento de conteúdos culturais até então desconhecidos no âmbito da produção material (ferramentas, armas e utensílios) e da produção simbólica (a linguagem em especial). Munido dessas “ferramentas” o homo sapiens sapiens saído do continente africano conquistou a terra, superou outras espécies, modificou sua aparência a depender das condições ambientais atingidas e ficou sozinho a representar a espécie humana há aproximadamente 25 mil anos.

A segunda vertente, aqui denominada genética, abrange o estudo dos genes seguindo a cadeia do DNA mitocondrial, transmitido só pela mãe e que não muda ao longo da transmissão geracional (ao contrário do DNA nuclear, herdado pelo pai). Pelo caminho da cadeia genética, pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1990 por paleontólogos dos EUA, da Inglaterra e de Israel, usando genes de afrodescendentes, africanos negros, brancos e orientais, propuseram a possibilidade



de rastreamento das alterações nos cromossomos mitocondriais e a identificação de um tronco comum, reconhecido como o ponto de partida do processo evolutivo do homo sapiens no continente africano.

O exame das duas vertentes da compreensão genético-paleontológica permite levantar prós e contras de seus conteúdos em relação ao conceito em discussão. A favor dessa compreensão destaca-se sua inegável contribuição à derrubada de interpretações racialistas e hierarquizadas elaboradas a serviço de interesses políticos e imperialistas do século XIX, que associavam “raça” a qualidades de superioridade e/ ou inferioridade, classificando a partir daí os grupos humanos em superiores e inferiores. Essas pesquisas em andamento enfrentam obstáculos variados, alguns de natureza interna dos próprios grupos pesquisadores como demonstra Laguardia (2005).

Por outro lado, é questionável a utilização inadequada de suas conclusões, mesmo parciais, para generalizar, linearizar e vulgarizar as diferentes situações vividas pelos grupos humanos, naturalizando as desigualdades. Afinal, diriam, se somos todos afrodescendentes, por que lutar por políticas afirmativas que visam compensar, reparar e equalizar as desigualdades geradas historicamente no processo de dominação de um povo sobre outro?

Em contraposição pergunta-se: a que serve o discurso da afrodescendência humana para “desnaturalizar” as desigualdades? Saber-se tão afrodescendente quando um cidadão de países do primeiro mundo não alivia as carências, as desvantagens e as frustrações, causadas pelo preconceito e pela discriminação, sofridas por afrodescendentes marcados historicamente pela escravidão.

A leitura linearizante da afrodescendência humana torna-se, portanto, tão nociva à construção da consciência étnica positiva do sujeito, quanto foi e permanecem nocivos, na mentalidade da afrodescendência brasileira, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. O discurso da dissimulação, da negação e da produção do desconhecimento, distorce a necessidade de reconhecer a dívida histórica acumulada durante séculos, contra aqueles que foram vítimas da escalada da exploração econômica e da dominação política.

2. Compreensão historicamente construída: o sujeito histórico chamado “afrodescendente”.



Trata-se do sujeito historicamente localizado e datado, descendente do africano capturado pelo processo de expansão da dominação mercantil europeia a partir do século XVI desenraizado de seu universo histórico-cultural e introduzido, como escravo, nas atividades da grande produção para exportação e de exploração mineira das áreas coloniais do novo mundo. Esses descendentes, nascidos nos mais diversos contextos históricos e regionais do continente americano, objetos de também diversas experiências coletivas, constituem-se nas diferentes expressões de afrodescendência hoje existentes nas Américas (caribenhos, estadunidenses, venezuelanos, colombianos,...), e dos quais o brasileiro constitui-se objeto e objetivo do presente estudo.

A formação do afrodescendente brasileiro ao longo de quase 4 séculos de escravidão e tráfico negreiro, desenvolveu-se em duas etapas, aqui denominadas de geral e específica.

Na etapa geral o afrodescendente brasileiro compartilhou de experiências semelhantes vividas por descendentes dos africanos escravizados no novo mundo. Trata-se da época que corresponde o período colonial/ imperialista que se estendeu do século XV ao XIX, contexto durante o qual os interesses europeus sobre o continente africano variaram da exploração mercantil à dominação imperialista; a hegemonia mudou de mãos e diversificou-se: do custoso monopólio comercial português do século XV à partilha do continente pelos “aliados” europeus no século XIX; os pontos de origem das diferentes etnias africanas trazidas como escravos para o Brasil ampliaram-se da costa equatorial das atuais República Popular do Congo e República de Angola até as regiões que circundam o Golfo da Guiné, litoral atlântico dos atuais países Ghana, Togo, Benin, e Camarões.

Corresponde ainda à instalação, estruturação e ampliação do lucrativo tráfico negreiro que, além do comércio de escravos englobava complexos negócios de compra e venda de mercadorias, num comércio triangular envolvendo governos e comerciantes europeus, africanos e americanos.

Finalmente, um período que registrou a ascensão de novos parâmetros econômicos que possibilitaram a supremacia do capitalismo industrial e a derrocada do tráfico atlântico mercantil de escravos e outras mercadorias.

Nessa etapa, firmaram-se os marcos que identificariam a afrodescendência no novo mundo e no Brasil: são os marcos da submissão compulsória – o porão e a



senzala – e os marcos da resistência – a negociação e o conflito. Em outras palavras, o afrodescendente brasileiro traz estampada na sua memória cultural e coletiva, a presença desses marcos que, consciente ou inconscientemente o acompanham e explicam a situação de carência social, de desigualdade, de preconceito e de discriminação forjada ao longo dos séculos e ainda vivida na contemporaneidade.

O sujeito histórico descendente daqueles trazidos dos portos de embarque nos porões dos tumbeiros, nascidos e criados nas senzalas, submetidos à desestruturação do eu pela humilhação do chicote e do tronco não se submeteu passivamente à dominação. Ao longo dos séculos de escravidão, as formas mais variadas do que aqui está designado como marcos da resistência se expressaram a partir de formas sutis da vida cotidiana (o corpo mole, a lentidão no atendimento, a sagacidade e a mentira); de sabotagens no trabalho do engenho; de furtos de pepitas e pequenas pedras preciosas nas áreas de mineração; de negociações para obtenção de vantagens, onde tornava-se difícil identificar os limites entre a rebeldia, a sagacidade e o afeto,. Mas, os marcos da resistência expressaram-se também através de fugas, “greves”, rebeliões, ataques violentos a propriedades, em episódios nos quais os escravos crioulos nascidos no Brasil, já então afrodescendentes, nem sempre ocupavam posições de liderança ou gozavam da confiança dos escravos de origem africana.

Universo complexo e ambíguo, no qual as diferenças étnicas confundiam as relações, ali também se construíram esforços de resistência expressos em cerimônias religiosas que reuniam a memória de diferentes culturas, num processo de amálgama cultural responsável pela construção de uma religiosidade brasileira de matriz africana, fenômeno sócio-cultural dos mais relevantes para a compreensão dessa face peculiar da cultura brasileira. Universo que possibilitou a síntese e reconstrução de outras expressões das culturas africanas no Brasil a exemplo de música, danças, lutas, hábitos alimentares e estética. Universo, todavia, que viu também experiências africanas de criação de gado, mineração, agricultura e irrigação serem implantadas aqui, em benefício dos que exploravam corpos e mentes dos seus difusores.

Espaços de resistência expressos na organização por africanos e afrodescendentes, de associações destinadas a proteger membros de uma mesma



etnia, mas que ampliando seu raio de ação permitiu a participação de membros de outras etnias, nascidos ou não no Brasil. Registram-se a organização de Irmandades religiosas, sociedades beneficentes, caixas de pecúlio, que indicam a intensa movimentação e arregimentação daquele segmento da sociedade visto com desconfiança e desprezo.

A etapa específica diz respeito às formas peculiares com que o ex-escravo brasileiro no pós-abolição e nas décadas subseqüentes foi visto pela sociedade, e buscou se inserir na sociedade livre; enfrentou as barreiras ideologicamente construídas para a negação de sua existência; reelaborou seus fundamentos culturais, construindo novas formas de sociabilidade, preservações culturais, resistência e programas de luta pelo reconhecimento do papel que lhe é devido na sociedade.

Ao longo dos 115 anos que separam a abolição oficial da escravidão no Brasil em 1888, da publicação da Lei 10.645/ 2003 é possível identificar os marcos da exclusão e da resistência.

Os primeiros estão explicitados nas práticas de preconceito, discriminação e afastamento que caracterizaram o cotidiano da população afrodescendente nas décadas que se seguiram à abolição. O trabalho nas ruas, continuação das práticas do período escravista; a moradia precária em periferias ou em áreas urbanas degradadas; a ocupação precária de terras pouco conhecidas ou mesmo a permanência incerta em terras ocupadas por seus antepassados nas fazendas onde trabalhavam; a dificuldade de acesso à educação e aos demais bens culturais da sociedade mostravam ao afrodescendente livre que pouca coisa mudara em relação ao período escravista.

Se a população ex-escrava e/ ou livre buscou formas emergenciais de sobrevivência a sociedade dominante, por seu turno, elaborou formas ideológicas e sociais para garantir a posição de superioridade face aos excluídos. Medidas oficiais tais como a conhecida queima de documentos de registro de escravos, decretada no primeiro governo da república brasileira pelo então ministro da Fazenda, o baiano Rui Barbosa, sob a alegação de que deveria ser apagada da história do Brasil a mancha da escravidão, ainda que ocultasse o real objetivo de proteger o governo contra possíveis processos de indenização aos proprietários por conta da perda de



seus escravos, expressava também o discurso da dissimulação oficial quanto à realidade escravista vivida pelo país.

Intelectuais brasileiros que entre o fim do século XIX e meados do XX trataram do que chamavam de “problema do negro”, atuando como intelectuais orgânicos que reuniam e sistematizavam em seus trabalhos, ideais e concepções cultivadas pelas classes dominantes brasileiras, também estão presentes no processo de desqualificação da população afrodescendente. Concepções quanto à degenerescência da mestiçagem (Rodrigues, 1898); branqueamento evolutivo e ideal de branqueamento; ausência de preconceito numa suposta democracia racial (Freyre, 1963) indicam a diversidade das armas utilizadas para a manutenção do afrodescendente na posição de submissão a que fora compulsoriamente submetido por mais de 300 anos no Brasil (Santos, 2002).

O afrodescendente como sujeito histórico é aquele que participa coletivamente dessa memória que não se apagou, embora tenha sido em parte esquecida, confundida, ou mesmo negada por tantos que foram presas da ideologia dominante. Todavia, territórios de identidade permaneceram ao longo do período pós-abolicionista, cumprindo seu papel na preservação das heranças culturais trazidas pela diferentes etnias africanas. Seja como terreiros de religiões afro nas suas diversas modalidades; seja como comunidades quilombolas; irmandades religiosas; grupos de capoeira ou outras expressões da cultura popular, ou mesmo nas estórias familiares, a afrodescendência como identidade conscientemente reconhecida permite a identificação desse sujeito histórico que, nessa compreensão, traduz-se por ser todo cidadão brasileiro que tem na sua ascendência um desses cidadãos africanos capturados no seu continente de origem, transportados nos tumbeiros e aqui escravizados. Essa ascendência pode ou não ser assumida pelo sujeito ou por seu grupo mas, uma vez assumida, pode passar pelo estágio da militância e atingir o da articulação de acordo com o que propõe Ferreira (2000).

3. Compreensão politicamente elaborada

Trata-se de uma compreensão necessária ao fortalecimento da luta política pelo reconhecimento dos direitos e dívida histórica e social acumulada pela sociedade livre durante os séculos da escravidão. Nesse sentido torna-se indispensável a reunião de todos os matizes e características fenotípicas, bem como



as heranças culturais, sociais e políticas capazes de tornar mais consistente a luta pelo alcance de um objetivo que deverá ser de todos os afrodescendentes.

Essa compreensão política tornou-se possível a partir da metade do século XX quando, no âmbito internacional, três fatos vieram ao encontro de projetos ainda dispersos no Brasil. Em primeiro lugar a elaboração do conceito de negritude que, construído fora da África por intelectuais caribenhos e africanos (Aimé Césaire e L. S. Senghor dentre outros) apresentava como princípios básicos a busca e a manutenção da identidade cultural do mundo negro; a luta pela liberdade dos povos oprimidos e a recuperação da história dos negros que fora confiscada e desvirtuada pelos conquistadores europeus.

Em 2º lugar o processo de descolonização do continente africano, iniciado na década de 1950 e que em aproximadamente 25 anos, mediante métodos de negociação ou de conflito, resultou na libertação política da maioria dos atuais países africanos. O processo que por sua complexidade e violência ainda custaria o sacrifício de muitas vidas, revelou a existência de lideranças negras que se impuseram na política internacional e cujas notícias muito impressionaram as lideranças brasileiras.

Por último, o movimento empreendido pelos negros norte-americanos em defesa dos direitos civis, contra a discriminação e a favor do estabelecimento de mecanismos de equalização das oportunidades entre negros e brancos na sociedade norte-americana. A partir dessa campanha nunca esgotada e ainda viva nos dias atuais, foi adotada nos EUA a denominação de afroamericano para os cidadãos negros do país.

Essa conjuntura política internacional favorável está na base do fortalecimento dos movimentos negros já existentes no Brasil que culminou com a organização do Movimento Negro em 1978 em São Paulo. Naquele momento o conceito de afrodescendência não existia para seus integrantes. Negro era a palavra, o conceito, a posição política e a herança cultural. Militância exacerbada, tomava traços fenotípicos, em especial a cor da pele negra, como dado de identidade. Estudos elaborados na década de 1990 em especial no âmbito da educação começaram a aplicar o conceito de afrodescendência como conceito político para a compreensão dos interesses e necessidades da ampla população de descendência africana no país (Cunha Jr. 1996). Não por coincidência esta



definição ocorre no mesmo contexto preparatório para a participação do Brasil na Conferência de Durban em 2001 como já explicado anteriormente, momento em que afrodescendência tornou-se designação oficial para os descendentes de africanos nascidos nas Américas.

Os estudos de Cunha Jr. (2001) e outros educadores brasileiros voltados para a educação de afrodescendentes estabeleceram esta designação “com a pretensão de ampliação da avaliação da participação das populações africanas na cultura nacional e nos sistemas educacionais”. Por tanto, para além da discussão dos conceitos de etnia e raça, não abordados neste trabalho, o conceito de afrodescendência se estende a todos os que têm sido atingidos por experiências preconceituosas e discriminatórias e que se engajam ou são beneficiados pelo projeto político destinado a reconhecer os direitos e buscar a equalização das oportunidades entre todos os matizes que compõem a diversidade da população brasileira.

A culminância desse processo aconteceu em 2003 com a publicação da Lei 10.639. Na sequência, a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação em 2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que orienta desde então os trabalhos dessa área no Ensino Fundamental e no Médio das escolas públicas e particulares do país.

Este fato, festejado por movimentos sociais e entidades negras, não seria possível sem a arregimentação desses mesmos movimentos sociais que, agindo e pressionando partidos políticos e parlamentares participantes da Constituinte de 1988, conseguiram que o novo texto Constitucional reconhecesse a existência do crime de racismo e o reconhecimento das terras pertencentes a comunidades quilombolas. A década de 1990 registrou o avanço de novas conquistas com a adoção da política de ações afirmativas relacionadas à correção das desigualdades e abertura de oportunidades para o ingresso nas universidades públicas, dentre outras.

É precioso ressaltar, todavia, que essa movimentação política que envolveu as décadas de 1970 á 1990 do ponto de vista da expressão da identidade, raramente utilizou o conceito de afrodescendência para designar a população focalizada preferindo, como já dito anteriormente, a designação de negro. No



entendimento aqui apresentado, a concepção de afrodescendência é a que mais se aplica àquele momento histórico de fortalecimento das ações sociais e políticas. Considera-se a abrangência da população envolvida e a dificuldade de estabelecimento seguro da classificação por cor, etnia, origem ou mesmo por filiação voluntária, o que torna complexo e extremamente problemático o estabelecimento de conceitos fechados e restritivos para a tradução da realidade social abordada.

4. Compreensão cultural

Esse ponto de vista tomaria a possível origem étnica como referência, esbarrando na imprecisão inevitável face às enormes dificuldades de identificação direta e segura da filiação étnica dos afrodescendentes brasileiros às antigas etnias africanas trazidas para o Brasil. Os que trabalham com a documentação de alfandegas; registros de compra e venda de africanos escravizados entre os séculos XVII e XIX; inventários e testamentos da população livre do Brasil Colonial e do Monárquico, bem como demais registros de batismo ou óbitos sabem as imprecisões nela existentes. Os registros de postos de embarque tomados como origem étnica e o desconhecimento das línguas africanas pelos funcionários dos órgãos públicos da época são apenas duas entre as diversas fontes de imprecisão na abordagem da questão origem. O problema se agrava quando às dificuldades citadas juntam-se distorções decorrentes da construção de uma memória romantizada e congelada de uma África harmônica e heroica, onde até as práticas escravistas são vistas como especiais e adocicadas. A expressão poética da “Mãe África” como a grande mãe protetora de todas as etnias num viver afastado de lutas pela terra, pelas rotas comerciais, pela supremacia entre os clãs mascara a dinâmica do processo histórico responsável por drásticas alterações nas formações sociais africanas a partir do século XV, quando do estabelecimento dos primeiros entrepostos comerciais europeus no litoral norte e no ocidental do continente. Afinal, que África é tomada como referência? A antiga, original, anterior à exploração colonial, ou a pós-colonial contemporânea, heterogênea como sempre foi, mas sobrecarregada por antigos, novos e agravantes problemas?

No que se refere à afrodescendência brasileira em particular, ao menos duas vertentes culturais podem ser consideradas como referência étnica, tomando-se todas as precauções contra generalizações aligeiradas e imprecisões – sempre elas



– na identificação entre etnia biologicamente concebida e permanência de traços culturais.

Em primeiro lugar a vertente religiosa, reelaborada no Brasil a partir das religiões trazidas com os africanos escravizados, num processo de sincretismo interafricano do qual resultaram as diferentes religiões afro-brasileiras tais como candomblé, batuque, xangô, vodun, umbanda. A filiação a qualquer dessas expressões religiosas pode indicar uma remota origem yorubá, gêge, angola ou ketu, aqui submetida ao processo de aculturação entre si e com outras religiões indígenas (Lima, 2003 e Serra, 1995). Em segundo lugar a vertente linguística, responsável pelo esclarecimento do processo cultural que introduziu alterações relevantes na língua portuguesa falada no Brasil segundo estudo de Castro (2001) e que possibilita acompanhar a distribuição de etnias africanas no Brasil durante o período escravista. Esta possivelmente será a vertente menos imprecisa no que se refere à possível sobrevivência de filiações identitárias em comunidades com contatos restritos com a sociedade inclusiva.

Essas possibilidades aqui abordadas embora possam eventualmente indicar filiação de afrodescendentes a antigas etnias africanas são insuficientes para designar a imensa população de afrodescendentes – entre pretos e pardos – existente no Brasil: 50,7% da população total, segundo dados do censo de 2010 (revistaescola.abril.com.br).

Toda essa discussão deve levar em conta, ainda, que à semelhança da construção de novos universos religiosos afro-brasileiros a partir sincretismo interafricano, as próprias origens étnicas foram redefinidas gradativamente por conta das condições objetivas da vida em cativeiro. Novos laços, novas relações, expressões de solidariedade ou de inimizade resultaram na construção de novas identidades caracterizadas pela absorção, pelas identidades étnicas originais, de traços e expressões tomadas por empréstimo de outras etnias que compartilhavam do mesmo destino. O passar das gerações iria ampliar essas novas identidades levando mesmo, algumas vezes, ao completo esquecimento das origens remotas.

Do ponto de vista cultural, quem é o afrodescendente brasileiro? Aquele que guarda a memória das gerações que o ligam a determinada etnia? Aquele que está filiado a uma religião afro-brasileira? Aquele que é preto ou pardo? Aquele que se



filia voluntariamente e politicamente à causa do anti- racismo, anti discriminação e anti preconceito?

Em conclusão

Como visto, dificilmente qualquer uma dessas compreensões, se tomadas isoladamente, darão uma resposta satisfatória às indagações apresentadas acima. E por assim entendemos indicamos a proposta que se segue como possível compreensão do conceito de afrodescendente brasileiro.

Em primeiro lugar, trata-se de um sujeito historicamente definido, que se construiu no conjunto das experiências vividas no sistema escravista e pós escravista brasileiro; um sujeito policromático, cujas características fenotípicas variam a depender da região e das relações sociais que marcaram as sucessivas gerações; um herdeiro, mantenedor e difusor, conscientemente ou não, das raízes culturais africanas que integram o universo da cultura brasileira; um integrante, direto ou indireto do movimento que busca o reconhecimento da participação de seus ancestrais na construção da sociedade e da cultura nacionais; enfim, um cidadão brasileiro que não se confunde com outros afrodescendentes de outros pontos do continente americano, visto ter sua identidade construída no interior da realidade histórica brasileira. Este é o afrodescendente brasileiro.

Referências

CLARK, Grahame. ***A identidade do homem. Uma exploração arqueológica.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAGUARDIA, Josué. ***Raça, evolução humana e (in)certezas da genética.*** Antropo, 9, 13-27, 2005. Disponível em www.didac.ehu.es/antropo.

LIMA, Vivaldo da Costa. ***A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia.*** 2ª ed. Salvador: Corrupio, 2003.

CASTRO, Yeda Pessoas de. ***Falares africanos na Bahia. (Um vocabulário afro-brasileiro).*** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbook, 2001.

SERRA, Ordep. ***Águas do Rei.*** Petrópolis: vozes, 1995.

CASHMORE, Ellis. ***Dicionário das relações étnicas e raciais.*** Negritude. São Paulo: Summus, 2000, p. 388.



SANTOS, Gislene Aparecida dos. ***A invenção do “ser negro”***. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

FERREIRA, Ricardo Frankilin. ***Afrodescendente. Identidade em construção***. Rio de Janeiro : Pallas, 2000

CUNHA JÚNIOR, Henrique, ***Africanidades, afrodescendência e educação***.

Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/Salto/boletins2001/edc/edctxt5b.htm>.

MENDONÇA, Nadir Rodrigues. ***O uso dos conceitos. Uma questão de interdisciplinaridade***. 4ª ed. Petrópolis, vozes, 1994.

Scientific American Brasil. ***Novo olhar sobre a evolução humana***. Edição especial.

www.Sciam.com.br

